



Via Direta

Boletim informativo da
Seção Judiciária do Acre.
Ano V Nº 05.

14 de setembro de 2007.

Instituído pela Portaria/DIREF 091/2003.

Colabore com informações e notícias, através de
informativo@ac.trf1.gov.br

Juizado Especial Federal Itinerante em Tarauacá Uma epopéia



A Justiça Federal do Acre mantém o seu compromisso com a cidadania e a justiça, através da realização das audiências do Juizado Especial Federal Itinerante no município de Tarauacá.

A jornada começou no dia 16 de agosto, quando dois veículos da frota da Seccional do Acre e duas viaturas da Polícia Federal iniciaram uma viagem de 480 km até a cidade de Tarauacá pela BR-364. Carregados com cerca de meia tonelada de processos judiciais, equipamentos e suprimentos de escritórios, enfrentaram um percurso onde aproximadamente 60% é feito em estrada de terra, com muita poeira e buracos, somente trafegável durante a época de verão. Foi necessária a travessia de rios em balsas e pontes, muitas delas em precárias condições de uso. Por diversas vezes foram usados atalhos que varavam fazendas da região. No mesmo dia partiu um avião, tipo Caravan, da Força Aérea Brasileira, com 420 quilos de equipamentos de informática.



No dia 19 chegaram à cidade, os cinco Juizes Federais que se dispuseram ao desafio de realizar 22 audiências diárias, no período de 20 de agosto a 1º de setembro. Durante essas duas semanas foram realizadas 1330 audiências com igual número de sentenças. Nesses procedimentos foram ouvidas cerca de três mil pessoas, entre autores e testemunhas de processos, vindos da cidade e do interior de Tarauacá e Feijó, e também dos municípios vizinhos de Jordão-AC e do Envira-AM.

A comunidade foi atendida no prédio

do TRE e no da Promotoria de Justiça, das 08h às 12h e das 14h às 18h, de segunda até sábado. As audiências foram presididas pelo Juiz Federal Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, Coordenador do JEF no Acre e Diretor do Foro e pelos Juizes Federais Substitutos Alysson Maia Fontenele, atuando na 1ª Vara desta Seccional, Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, da Subseção de Cáceres-MT; Marcio Sá Araújo, da Seccional de São Luis-MA e Alaor Piacini, de Brasília-DF.

Participaram, também, 11 servidores da Justiça Federal do Acre, os Procuradores da República Marcos Vinicius Aguiar Macedo e José Lucas Perroni Kalil, o Defensor Público da União Kelery Dinarte de Páscoa Freitas, o Procurador do INSS Celso de Castro Caitete e 4 prepostos da instituição. Também acompanharam as audiências quatro agentes da Polícia Federal que prestaram segurança aos Juizes Federais e servidores participantes.





Esforços recompensados

A maioria dos casos recebidos pelo Juizado Especial Federal Itinerante envolvia questões previdenciárias, tais como aposentadorias e benefícios assistenciais a pessoas doentes, idosas ou incapacitadas para o trabalho. A história delas é de uma vida dura e sofrida. Desde cedo a luta pela sobrevivência tira a infância de uns e o descanso da velhice de outros. A rotina envolve o enfrentamento de perigos diários, que vão desde se perder na mata, morrer afogado em um rio ou igarapé, até o ataque de animais selvagens. Este é o caso da agricultora Maria Janete Evaristo de França, 44 anos, que teve a perna picada por uma cobra peçonhenta, a "Pico de Jaca", no Seringal Itamarati, margem do Rio Muru, distante quatro dias de barco de Tarauacá, e de Helena Barroso, 51 anos, moradora do seringal Joaci, no Rio Tarauacá que foi ferroadada por uma

arraia. Em ambos os casos houve atrofia de membros inferiores com a degeneração provocada pela infecção no local dos ataques. Os Juízes determinaram a aposentadoria por invalidez para trabalhador rural.

Alguns casos demonstraram o empenho da Justiça Federal em atender àqueles que buscam esta Instituição. Os familiares de Maria Mercês de Barros Mesquita, 97 anos, informaram que ela se encontrava doente, em uma rede, e seria muito difícil deslocá-la até o local de atendimento. A audiência foi marcada, então, para ser realizada na casa da autora. Com a impossibilidade de se levar todo o aparato de gravação e de informática, foi usada uma câmera de vídeo para registro. Assim, o Juiz Federal Substituto Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, o Defensor Público da União, a presposta do INSS e quatro servidores da Justiça Federal deslocaram-se até a casa da autora, colhendo o seu depoimento da autora à beira de sua rede. Maria Mercês de Barros Mesquita nasceu no Seringal Guanabara e começou a "cortar seringa" com o pai. Depois que se casou, em 1927, passou a acompanhar o marido no trabalho e ensinou a profissão de seringueiro a todos os seus 12 filhos nascidos vivos. Ela era aposentada como trabalhadora rural, recebia, mensalmente, um salário-mínimo e estava pleiteando aposentadoria como soldado da Borracha. Quando o juiz perguntou o que ela fazia com o dinheiro a mais que iria ganhar, a velha senhora respondeu rápida e secamente através de sua já fraca voz. "– Comer".

